

Câmara põe em votação novo marco para setor de gás

Governo conta com aprovação do projeto para atrair competidores privados para mercado e destravar até R\$ 43 bi em investimentos

Anne Warth / BRASÍLIA

Aposta do governo para destravar investimentos de até R\$ 43 bilhões e reindustrializar o País, o novo marco do gás deve ir à votação hoje na Câmara. Alinhado ao novo mercado de gás, programa do governo mais conhecido como “choque da energia barata”, a proposta abre um setor que até pouco tempo era dominado pela Petrobrás.

Com a decisão da estatal de deixar o negócio de distribuição – onde é sócia de 19 de um total de 26 distribuidoras – e vender sua malha de gasodutos e estruturas essenciais, o ministro da Economia, Paulo Guedes, avalia que a chegada de novos concorrentes no setor pode fazer com que o preço do gás caia até 40%.

O texto em avaliação na Câmara traz adaptações para essa nova fase (mais informações nesta página). Ele muda o regime de exploração de gasodutos para o de autorizações, mais simples que as atuais concessões, e impede que uma empresa atue em várias etapas da produção e impede a relação societária entre transportadores (atividade exercida por monopólio) e produtores e comercializadores (em regime competitivo).

Além disso, a proposta assegura o livre acesso de outras empresas a infraestruturas essenciais – como gasodutos, unidades de processamento e terminais de liquefação e regaseificação de GNL. Por fim, prevê regime de contratação de capacidade de gás por pontos de entrada e saída na malha de gasodutos de transporte, o promete agilizar e desburocratizar a prestação do serviço de transporte.

O relator do projeto, deputado Laércio Oliveira (PP-SE), vai manter o texto aprovado no ano passado pela Comissão de Minas e Energia da Casa e espera amplo apoio dos parlamentares. Na aprovação do regime de urgência para tramitação da proposta, foram 323 votos favoráveis. Aprovado em plenário na Câmara, o texto seguirá para o Senado. “O texto já foi amplamente discutido e é conhecido por todos. Não existe ambiente para novos adiamentos”, afirmou. “Todo o setor produtivo nacional está alinhado com o texto, à exceção das distribuidoras.”

Na outra ponta, o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA) vai defender três mudanças na proposta: a autorização para construção de termoeletricas longe da costa, a permissão para uma mesma empresa atuar em várias etapas da produção e o veto à transformação de gasodutos de distribuição (de uso ex-

clusivo da distribuidora) em gasodutos de transporte (de uso compartilhado).

Para o deputado, o texto vai viabilizar a queda de preço do gás, mas por meio de importações, e não da exploração do pré-sal. Por isso, avalia que é preciso uma política pública para construção de gasodutos. “O governo constrói rodovias e depois licita para a iniciativa privada. Por que não faz o mesmo com gasodutos?”, questionou. Ele diz que a mudança de status

● Efeito 40%
é a estimativa do Ministério da Economia para a queda do preço do gás no País, com o início da vigência de um novo marco para o setor.

de alguns gasodutos pode elevar a insegurança jurídica e afirma que os riscos de uma mesma empresa dominar várias etapas de produção podem ser controlados pelas agências reguladoras.

‘Novo mercado’. Associações de produtores, transportadores e consumidores defendem a proposta de Oliveira, entre elas a Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace), presidida por Paulo Pedrosa. “É curioso ver gente do Rio sem entusiasmo pela proposta, que é extraordinária para o Estado. E outras de Estados com vocação por renováveis defenderem térmicas distantes que vão encarcerar a energia de seus Estados e tomar o espaço da expansão renovável”, disse Pedrosa. “Essa é a hora da escolha. Vamos aprovar o texto original de convergência do mercado ou vamos trocar o



ANDRÉ VALENTIM / AGENCIA PETROBRAS - 28/11/2014

Maioria. De 26 distribuidoras, Petrobrás é dona de 16

monopólio estatal por monopólios privados regionais?”

Já o presidente executivo da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), Augusto Salomon, reitera que o projeto precisa estimular investimentos para a construção de infraestrutura para acelerar a produ-

ção de gás natural. Para ele, isso só será assegurado com demanda firme – no caso, termoeletricas a gás natural inflexíveis, ou seja, de uso contínuo.

“Com essas âncoras de consumo, incorporadas no projeto de lei, os investidores terão muito mais segurança jurídica para fazer os aportes”, disse ele.

PERGUNTAS & RESPOSTAS

O que pode mudar

1. O que diz a lei?
(a) Estabelece o regime de autorização para gasodutos. Desde 2009, o regime é de concessão, mas nenhum gasoduto foi construído no período. (b) Assegura o livre acesso a terceiros de infraestruturas essenciais como gasodutos de escoamento, unidades de processamento de gás natural (UPGN) e terminais de liquefação e regaseificação de GNL. As empresas deverão pagar por esse acesso – hoje, restrito aos donos, no caso à Petrobrás. (c) Impede a relação societária direta ou indireta entre transportadores, exercida por monopólio, e produtores e comercializadores, em regime competitivo. (d) Estabelece regime de autorizações para a estocagem subterrânea de gás natural, por conta e risco do interessado. (e) Prevê regime de contratação de capacidade de gás por pontos de entrada e saída na malha de gasodutos de transporte. (f) Dá segurança jurídica ao mercado de gás, ao consolidar várias regras de mercado em uma única lei.

2. O que isso deve significar na prática?

O objetivo é aumentar o número de empresas atuantes no mercado de gás, rompendo assim o monopólio da Petrobrás. A ideia é que, com mais empresas competindo no mercado, o preço seja reduzido. Isso vai possibilitar entrada de novos produtores e comercializadores

3. Qual a redução de preço esperada?

O ministro Paulo Guedes disse que “pode ser que caia 40% em menos de dois anos até”. Já o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirma que o mercado vai regular o preço.

4. Quanto o novo mercado deve movimentar?

O Ministério de Minas e Energia calcula que o programa pode destravar R\$ 32,8 bilhões em investimentos em infraestrutura para gás no País até 2032.

5. A energia pode ficar mais barata?

O governo diz que, com a abertura do mercado, o preço do gás natural poderá cair e, consequentemente, o preço da energia elétrica, já que parte das usinas térmicas usam o combustível para gerar eletricidade. O preço baixo deve impulsionar a construção de novas usinas a gás, em substituição às termoeletricas a diesel e óleo combustíveis, que são mais poluentes e produzem energia cara.



DIA 21/09/2020, 15H, LEILÃO ONLINE

Aeronave PIPER AIRCRAFT

MODELO PA-46-350P • PREFIXO PR-VRB • ANO 2008.



Cor branca. Tipo ICAO: PA46. Tipo de habilitação para pilotos: MNTE.
Classe: pouso convencional. Peso máximo na decolagem: 1950 kg.
Número máximo de passageiros: 05. Tipo de voo autorizado: IFR noturno.
Categoria de registro: privada serviço aéreo privados.
Números dos certificados (CM - CA): 17636. Número de série: 4636439.
LANCE MÍNIMO: US\$ 310.000,00*



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

ENVIE SEU LANCE EM:
WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Data de val. CA: 05/02/20. Data de val. IAM: 15/12/18. Situação de aeronavegabilidade: certificado (CA) suspenso (motivo: IAM vencida e pendências judiciais). Obs.: Motor em modo estocagem (parcialmente desmontado com necessidade de manutenção/ revisão e troca de peças). Caberá ao adquirente todas as providências e despesas necessárias à transferência, obtenção de documentos faltantes e dar à aeronave condições de aeronavegabilidade. A aeronave encontra-se no Campo de Marte em São Paulo-SP. Visitas somente com agendamento prévio com Alexandre pelo tel. (11) 2464-6443. Retirada: a retirada da aeronave deverá ocorrer em até 7 dias corridos, contados a partir da data de realização do leilão e pagamento do arremate e comissão ao leiloeiro, mediante agendamento prévio com o leiloeiro. Após esse prazo, o comprador assumirá o pagamento da diária de estadia a ser informado e aceitado diretamente no local da hangaragem. Informações: Tel.: (11) 2464-6443, www.bradesco.com.br e www.sodresantoro.com.br. Os interessados deverão efetuar cadastro prévio no site do leilão com até 24 horas de antecedência à data do leilão. Edital na íntegra com informações de pagamento e de venda completas disponível no site do leilão. Dados e valores sujeitos a alterações. *Lance mínimo: o lance mínimo para venda, estabelecido em US\$ 310.000,00, é equivalente a R\$ 1.682.835,00 (cálculo efetuado pela conversão da taxa de R\$ 5,4285 vigente em 11/08). O preço da venda será convertido para Reais pela taxa PTAX – venda, do dia 20/09/2020 (Fonte: https://www.bcb.gov.br/). Pagamento do valor do lance mais comissão de 5% ao leiloeiro. Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192. Luiz Alexandre Maiellari, Preposto em exercício.

Pátria capta R\$ 10 bilhões em 4º fundo de infraestrutura

Recursos serão aplicados em projetos na área de transportes, energia, telecomunicações e saneamento básico

Renée Pereira

O Pátria Investimentos acaba de concluir a captação de um fundo de infraestrutura – o quarto da gestora de recursos – no valor de R\$ 10 bilhões. Trata-se do maior volume já captado por um produto dessa natureza em toda a América Latina, segundo o ranking de fundos latino-americanos da PEI – Infrastructure Investor.

Boa parte dos recursos veio do mercado internacional, que

continua acreditando no potencial da infraestrutura brasileira. Mas a participação do investidor local surpreendeu e alcançou uma parcela de 25% do valor total captado (ou seja, cerca de R\$ 2,5 bilhões). Nas outras três carteiras do Pátria, voltadas para o setor, esse percentual não passava de 13%.

“Esse fundo mostrou uma tendência de mudança estrutu-

● Aposta 25%
foi a participação do investidor local no quarto fundo de infraestrutura da gestora de recursos; nas outras 3 carteiras do Pátria essa fatia não passava de 13%

ral dos investidores locais, que seguem as condições macroeconômicas do País, especialmente com a redução sustentada das taxas de juros e da maturidade desse segmento na busca por melhores retornos em seus portfólios de investimento”, diz Felipe Pinto, sócio do Pátria.

Segundo ele, entre 30% e 40% do montante foi captado em meio à pandemia, o que demonstra o apetite e a confiança do investidor na qualidade da carteira, com boa rentabilidade, respeito aos temas ambientais, bons projetos e compliance adequado. “Os investidores precisam fazer a alocação de seus recursos e buscamos gestores que fazem isso de forma eficiente”, diz Felipe Pinto, desta-



EPITACIO PESSOA/ESTADÃO - 12/7/2019

Negócio. Pátria comprou concessionário Raposo Tavares

cando que a régua e as exigências subiram.

O sócio do Pátria afirma que 40% do fundo está comprometido com investimentos já anun-

ciados, como a plataforma de energia renovável Essentia, que recebeu US\$ 320 milhões; a plataforma focada em soluções de infraestrutura de dados wire-

less, US\$ 200 milhões; e a concessão do corredor rodoviário Piracicaba-Panorama (SP), conhecido por “Pipa”, que vai exigir investimentos de R\$ 14 bilhões ao longo de 30 anos.

Com o Fundo de Infraestrutura IV, o Pátria soma R\$ 17 bilhões captados para o setor. A gestora começou a investir nesse segmento em 2006, com um fundo de R\$ 200 milhões. Esse dinheiro foi aplicado em projetos de energia renovável. Na sequência, em 2010, a empresa captou R\$ 1,9 bilhão e começou a entrar no setor de logística, com investimentos em portos.

O fundo III surgiu em 2014 e elevou o volume de investimentos para R\$ 5,3 bilhões. Com esse dinheiro, a empresa arrematou a concessão rodoviária Entrevias (SP), em 2017, e comprou a Concessionária Auto Raposo Tavares (CART) da Invepar, no fim do ano passado.